

## **GENDERED TERRAIN: WOMEN'S ACCESS TO LAND IN AFRICA**

Nairobi, 14-16 September 2010

## **L'ACCÈS À LA TERRE EN AFRIQUE : UN TERRAIN MINÉ POUR LES FEMMES**

à Nairobi le 14 – 16 septembre 2010

IDRC  CRDI



Canada 

## **RELATÓRIO DO SIMPÓSIO DE POLÍTICAS**

### **TERRA E GÊNERO: DIREITOS DA MULHER E ACESSO À TERRA NA ÁFRICA**

Nairóbi, 14 a 16 de setembro de 2010

**Organizado pelo Programa de Direitos Humanos e Cidadania das Mulheres do  
Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional**

**Preparado por Mercy Rurii e Rebecca Smith**

### Antecedentes

A terra é a forma mais significativa de propriedade, reunindo as dimensões econômica, cultural, política e jurídica da vida social. Os regimes de posse fundiária que incorporam os interesses de todos os atores e que promovem os direitos das mulheres a possuir e administrar a terra são críticos para promover a cidadania social e econômica das mulheres. Entretanto, o tópico de direitos fundiários das mulheres geralmente estão ausentes dos discursos sobre posse fundiária. A orientação política pública tende a ignorar as diferenças dos direitos de propriedade de homens e mulheres, e a família geralmente é considerada uma unidade composta de interesses comuns, onde os recursos são agrupados e compartilhados.

Durante os últimos sete anos, o programa de Direitos e Cidadania das Mulheres do IDRC e o antigo programa Pobreza Rural e Meio Ambiente (desde abril de 2010 chamado de programa de Agricultura e Segurança Alimentar) vêm prestando apoio a mais de 20 projetos de pesquisa sobre gênero e terra em 14 países africanos. Esses projetos analisaram questões como direitos das mulheres e acesso a terra; as estruturas sociais, institucionais e jurídicas que formam os regimes de posse fundiária; e as especificidades contextuais que mediam a aquisição de direitos das mulheres.

O IDRC realizou um simpósio de orientação política internacional, "Terra e Gênero: Direitos das Mulheres e Acesso a Terra na África" em Nairóbi, no Quênia, de 14 a 16 de setembro de 2010. Pesquisadores de toda a África dividiram seus resultados e recomendações estratégicas, trabalharam com autoridades públicas para facilitar a influência em políticas e promoveram o desenvolvimento de redes subregionais. Mais de 140 participantes estiveram presentes no evento, representando 17 países africanos, além de organismos internacionais e doadores.

O Simpósio foi organizado em resposta ao pedido feito por pesquisadores apoiados pelo IDRC de assistência para a promoção de relacionamentos e para a criação de uma plataforma para a divulgação dos resultados. Um dos principais objetivos do evento era promover o discurso de orientação política e prática, e desenvolver estratégias específicas em apoio às mulheres africanas em questões fundiárias. Como resultado do simpósio, redigiu-se a minuta de um conjunto de recomendações de estratégia e ação que será finalizado para divulgação ampla.

### Sinopse: Questões de gênero e terra na África

Karuti Kanyinga da University of Nairobi e Dzodzi Tsikata da University of Ghana apresentaram uma sinopse do modo como as questões de acesso e controle de terras têm ganhado destaque na África nas duas últimas décadas. Estas questões continuam a ocupar o centro de muitos debates políticos. Entretanto, muitos governos também são aversos a lidar com questões fundiárias devido à possibilidade de consequências políticas e instigação de conflitos. A administração fundiária situa-se, principalmente, dentro do paradigma de reducionismo econômico neoliberal; normalmente, a abordagem da inserção implícita dos aspectos sociais e políticos das questões fundiárias é uma consideração secundária quando se formulam orientações políticas. Em muitos estados africanos pós-coloniais, o privilégio e o patronato

continuam a caracterizar os processos de reforma fundiária e a acumulação de terra tem servido como um mecanismo de conquista e consolidação de poder das elites.

As pautas de orientação política de Mulher no Desenvolvimento (WID) e Gênero e Desenvolvimento (GAD) começaram a tratar das questões fundiárias no contexto de reformas fundiárias na década de 1990. Desde então, as políticas de gênero têm sido esparsas, circunscritas e inadequadamente homogêneas, geralmente atadas às doze áreas de prioridade da Plataforma de Ação de Pequim e Metas de Desenvolvimento do Milênio. Há um consenso cada vez maior que as soluções para os problemas de posse fundiária das mulheres devem estar embasadas em especificidades locais.

Hoje travam-se debates sobre como reformar o direito consuetudinário: seja por meio de legislação ou evolução. Muitos ativistas de gênero não têm paciência para a abordagem evolucionária, e muitos argumentam que esta abordagem deu margem a práticas consuetudinárias que levaram à privatização e controle estrangeiro do mercado, causando a polarização dos vários atores da questão fundiária. As referências bibliográficas sobre terra também contêm pontos de vista díspares sobre pluralismo jurídico; tais referências são geralmente consideradas uma hierarquia de leis que são conflitantes e discriminatórias. Apesar disso, a pesquisa sobre pluralismo jurídico e engajamento sugere que o direito consuetudinário pode criar espaços que as mulheres poderiam usar estrategicamente a seu favor.

#### **Apresentação de abertura do Ministro de Terras do Quênia, o sr. James Orengo.**

O Ministro de Terras do Quênia, o sr. James Orengo, abriu o simpósio com uma reflexão histórica sobre a administração fundiária no Quênia. O Ministro Orengo observou que a terra continua a ser a principal fonte de sustento na África, mas que o crescimento populacional, mudança climática, conflitos e outros fatores complicam os sistemas de administração fundiária. As questões dos direitos fundiários das mulheres continuam a ser um dos desafios predominantes no Quênia, pois o direito das mulheres à propriedade da terra são determinados frequentemente pelos costumes de herança e ainda há uma necessidade premente de reformas.

O Ministro destacou a importância de arcabouços jurídicos que tornem os sistemas de posse fundiária funcionais, reafirmando que os documentos de política fundiária são instrumentos importantes para reconhecer a igualdade dos direitos de homens e mulheres de possuir e usar a terra e para fomentar a igualdade dos gêneros. Uma política fundiária abrangente deve ser baseada em pesquisa e recomendações de especialistas e deve garantir os direitos dos usuários da terra, bem como resolver as metas de redução da pobreza, crescimento, eficiência econômica, igualdade e desenvolvimento sustentável. No Quênia, o arcabouço jurídico, historicamente, não conseguiu tratar da dualidade dos sistemas de posse fundiária, e um sistema mal administrado de leis fundiárias contraditórias tem servido para marginalizar e deserdar as mulheres.

A nova Constituição do Quênia (2010) dedica um capítulo para a Terra e o Meio Ambiente no contexto da pauta de desenvolvimento mais amplo da nação. A Carta de Direitos do Quênia também enfatiza os direitos humanos e reforça os direitos fundiários. A atual Constituição é considerada um feito notável devido ao envolvimento ativo das mulheres na sua elaboração.

## **Dimensões dos direitos da mulher e acesso a terra na África**

### **Acesso a recursos**

A distribuição fundiária é bastante distorcida na África, onde a posse de terra por mulheres representa uma pequena porcentagem em comparação àquela dos homens. As mulheres, frequentemente, não dispõem dos recursos para adquirir terras por direito próprio e, além disso, estão desamparadas por práticas consuetudinárias e de herança discriminatórias e estruturas de mercado discriminatórias.

Uma pesquisa feita pela Université Gaston Berger de Saint-Louis apresentada no simpósio demonstrou que o acesso à terra no Senegal é determinado por fatores econômicos, sociais e políticos interconectados que ocorrem em três níveis:

**Acesso a famílias** – O principal acesso a terras é obtido por um intermediário da família.

**Acesso indireto** – O acesso das mulheres rurais à terra através de uma organização feminina intermediária. Foram identificados problemas relacionados com a falta de transmissão de conhecimento dos líderes destes grupos para os seus membros.

**Acesso individual** – O acesso é adquirido por meio de cessão formal ou compra. Esta é a forma mais segura de posse, mas é praticamente inexistente para as mulheres.

A pesquisadora Fatou Diop confirmou que em cada um dos seis locais estudados no Senegal, os homens tinham um acesso maior a terras do que as mulheres. A prática consuetudinária geralmente tem precedência sobre as leis e práticas religiosas que garantem a herança da terra por mulheres. Entretanto, as práticas também variam de acordo com a condição social da mulher. O estudo também encontrou exemplos de práticas consuetudinárias positivas que promovem o acesso das mulheres à terra. Por exemplo, as mulheres Diola podem possuir terras e escolher transferi-las para uma nora. Para a maioria das mulheres, no entanto, as formas coletivas de apropriação fundiária são os mecanismos mais comuns de ganhar acesso à terra.

Em países como o Malauí, uma nação sem acesso ao mar onde 80% da população se ocupa com agricultura de subsistência, Maggie Banda do Centro de Recursos Jurídicos das Mulheres (WOLREC) observou que o acesso à terra depende do estado civil. Viúvas e mulheres divorciadas não têm controle e não podem plantar safras perenes devido à insegurança da posse fundiária. Mesmo quando as mulheres têm controle sobre a terra, isso não se traduz automaticamente em uma maior autonomia na tomada de decisões e seus maridos ou tios ainda podem tomar muitas decisões críticas. Embora algumas mulheres procurem reivindicar seus direitos e apresentem reivindicações territoriais, a maioria vive com medo do desconhecido devido à sua ignorância da lei.

**Limitações ao acesso de mulheres à terra na África:**

- Costumes e tradições familiares com discriminação de gênero
- Acesso limitado a infraestrutura e serviços como água, educação e crédito
- A insegurança da posse fundiária reduz incentivos para se investir na terra e aumentar a produtividade
- As mulheres são menos informadas do que os homens sobre as leis nacionais referentes à posse fundiária
- Mobilização limitada da sociedade civil no tocante aos direitos fundiários das mulheres
- O registro e a propriedade de imóveis são considerados assuntos “de homens”

**Administração fundiária**

As questões de administração fundiária são complexas e de difícil resolução, envolvendo diversas instituições públicas em vários níveis. Até mesmo políticas fundiárias sensatas tornam-se ineficazes se o sistema de gestão fundiária correspondente não tiver capacidade de agir. Joan Kagwanja da Aliança por uma Revolução Verde na África (AGRA) detalhou como fatores como o legado colonial, práticas culturais discriminatórias e uma governança inadequada influenciam negativamente o acesso e a imparcialidade na administração fundiária. O impacto desses fatores é exacerbado ainda mais por recursos financeiros insuficientes, baixa capacidade de recursos humanos e sistemas de informação fundiária fracos.

Geralmente, quando as mulheres podem (teoricamente) buscar indenização em reivindicações territoriais, as instituições com as quais tratam são deficientes e não possuem os recursos necessários para julgar questões fundiárias de modo eficaz. Embora existam leis que garantem acesso à terra e recursos fundiários, as mulheres não as usam porque não conhecem as leis, porque não têm as informações de que precisam ou porque o processo de entrar com o pedido é demasiadamente caro. As estruturas fundiárias locais geralmente são desvantajosas para as mulheres pelo fato de não haver sistemas claros implantados e pelas disparidades existentes nas redes sociais a que homens e mulheres têm acesso.

Uma sessão sobre administração fundiária descentralizada começou com uma apresentação feita por Josephine Ahikire do Centro de Pesquisas Básicas (CBR) da Uganda. Junto com os parceiros de pesquisa da University of Nairobi e na Tanzânia, o CBR examinou o impacto da descentralização nos direitos fundiários das mulheres e na construção da cidadania no Quênia, na Tanzânia e em Uganda. Este estudo identificou várias das características comuns dos sistemas de administração fundiárias em todos os três países:

<b>Questões institucionais</b>	Vários ministérios públicos trabalham com serviços fundiários, o que cria oportunidades para abuso e prejudica os pobres, as mulheres e outros grupos marginalizados.
<b>Presença esparsa de mulheres nas estruturas de administração pública fundiária</b>	A Uganda e a Tanzânia têm cotas promulgadas por lei da representação feminina em estruturas de administração fundiária locais, o que legitima as mulheres em termos de direitos fundiários e relacionamento com o estado. Entretanto, as mulheres continuam a ocupar porcentagens pequenas de cargos representativos eleitos em estruturas fundiárias locais.
<b>Proteção da propriedade matrimonial</b>	A Lei Fundiária de Uganda protege a propriedade matrimonial, mas não há arcabouço jurídico para operacionalizar as disposições da Lei; sem mecanismos de responsabilidade, esta situação é insuficiente para afetar significativamente a vida das mulheres.
<b>Desconhecimento dos órgãos de julgamento em questões fundiárias</b>	As mulheres tendem a não registrar ou conhecer as estruturas fundiárias locais, embora a descentralização tenha facilitado esses processos, particularmente para mulheres urbanas. Normalmente, as mulheres não sabem o que fazer nem a quem recorrer em situações de conflito. Em Uganda, entretanto, os conselhos municipais e varas locais às vezes favorecem as mulheres pelo fato de não exigirem documentação elaborada ou representação legal.
<b>Representação coletiva limitada das mulheres</b>	As mulheres exercem representação coletiva mínima no tocante a direitos de propriedade de terra. Em vez disso, geralmente entram com processos individualizados de reivindicação.
<b>Cultura política em evolução</b>	A presença das mulheres como líderes mudou a cultura política em governos descentralizados, embora os achados de pesquisas indiquem que isto não levou a processos emancipatórios significativos.

Em 2005, o Governo de Madagascar implementou processos de reforma fundiárias de acordo com a Carta de Política Fundiária, com base na modernização dos serviços fundiários e na descentralização da administração fundiária. De acordo com o novo sistema, os escritórios agrários de comunas e intercomunas são responsáveis por propriedades privadas sem título e os direitos tradicionais são conservados e traduzidos em certificados de propriedade de terras. Danièle Ramiaramanana do Centro Nacional de Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento Rural (FOFIFA) disse que, atualmente, em Madagascar, existem somente 312 escritórios fundiários locais atendendo 1410 municípios. Até 2008, 33.962 certificados de propriedade de terra foram distribuídos pelo país, sendo 8.275 deles para mulheres. A pesquisa da FOFIFA, com apoio do IDRC, mostra que as mulheres de regiões diferentes de Madagascar consideram os procedimentos de obtenção de certificados de propriedade de terra demasiadamente longos e onerosos, e

consideram as questões de registro e título de propriedades uma questão masculina. De modo semelhante ao que ocorre na África Oriental, costuma haver uma participação muito fraca das mulheres em comitês locais sobre questões fundiárias em Madagascar. Embora a descentralização tenha transferido competências maiores para órgãos fundiários locais, as leis não são aplicadas de modo eficaz.

### **Pluralismo legal**

A dualidade da lei do estado comparada à lei tradicional ou costumeira adiciona uma outra camada de complexidade para as mulheres. As mulheres vivem com medo dos parentes masculinos e com medo de ficarem deserdadas na viuvez. Como autopreservação, costumam optar pelo registro das terras no nome dos filhos, facilitando desta forma a aquisição de terras pelos homens. Mesmo quando as leis garantem a propriedade não discriminatória da terra, existe uma tensão entre as disposições legais e os costumes e tradições que tendem a prevalecer sobre tais leis. Outro desafio é a implementação de provisões constitucionais que apoiam o acesso das mulheres à terra, forçando as organizações da mulheres a considerar quais estratégias são necessárias para navegar vários sistemas jurídicos com princípios e objetivos conflitantes.

O Governo de Ruanda instaurou leis e políticas progressistas em apoio aos direitos e ao acesso das mulheres à terra, mas essas iniciativas são solapadas por falta de implementação. Odeth Kantengwa da Rede de Mulheres de Ruanda relatou como as disputas sobre heranças de terra das mulheres geralmente refletem a resistência à ideia de as mulheres terem a mesma capacidade de exercer seus direitos que os homens têm. As mulheres enfrentam o medo do estigma e das repercussões sociais originado de práticas culturais dominantes que proíbem às mulheres o gozo dos direitos fundiários garantidos por lei. No Senegal ocorre algo semelhante: há textos jurídicos que garantem formalmente o acesso das mulheres à terra, mas os recursos são controlados, na sua maior parte, por sistemas sociais patriarcais.

### **Direitos das mulheres e segurança alimentar**

Embora as mulheres rurais estejam participando mais do que anteriormente como atores do desenvolvimento, os papéis de gênero permanecem os mesmos, com as mulheres principalmente responsáveis pela reprodução social. Os achados de pesquisas feitas no Senegal e no Zimbábue identificaram limitações na aplicação de leis e regulamentos que afetam o acesso das mulheres à terra e segurança alimentar, inclusive aspectos consuetudinários do controle e uso da terra. A pesquisadora Fatou Sow Ndiaye da organização Meio Ambiente e Desenvolvimento no Terceiro Mundo (ENDA Tiers-Monde) do Senegal descobriu que a comercialização desenfreada da terra e a especulação fundiária crescente vêm tornando certos grupos, principalmente as mulheres, mais vulneráveis e com maior insegurança alimentar. O fenômeno da tomada de terras intensificou-se depois de 2006 com a implementação de programas públicos voltados para o atendimento de demandas de exportação e de cultivo comercial. A terra é designada a pessoas do país e a estrangeiros, mas as mulheres rurais e as fazendas familiares geralmente são excluídas, o que coloca as famílias em situação precária e ameaça a segurança alimentar no longo prazo.

Os resultados da pesquisa do centro Vallée du Fleuve demonstraram que as parcerias estratégicas e as iniciativas de defesa dos interesses possibilitaram às organizações de mulheres receber lotes de terra do conselho rural local. Esses lotes foram usados para o cultivo de arroz de subsistência e para melhorar a segurança alimentar local. A melhora do acesso das mulheres a receitas, capacidade financeira, formação profissional e informações pode contribuir bastante à melhora da segurança da sua posse fundiária.

Jeannette Manjengwa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Zimbábue falou sobre as consequências do Programa Acelerado de Reforma Agrária (FTLRP) nos distritos de Goromonzi e Vungu, no Zimbábue. O FTLRP busca formalizar a *jambanja*, invasões espontâneas de terras ocorridas em 1999-2000, por meio de um processo mais sistemático de reassentamento que incorpora um plano de conservação. A pesquisa descobriu que existem algumas políticas muito boas e progressistas no Zimbábue, mas sua implementação é tênue e influenciada pelo viés cultural de gênero contra as mulheres. A equipe da pesquisa também apurou a utilização subótima da terra por agricultoras; apenas uma mulher envolvida no estudo tinha uma fazenda comercialmente viável. Entretanto, as outras agricultoras tinham melhorado muito a segurança alimentar e estavam aumentando sua produção progressivamente ao longo dos anos.

As estratégias de enfrentamento que foram desenvolvidas abrangem coesão e novas redes sociais entre os assentamentos A1 (assentamentos de produção de pequenos proprietários) que, às vezes, atravessam grupos étnicos, e mulheres ajudando outras mulheres. Em geral, bons registros de produção tendem a indicar um aumento na segurança da posse fundiária.

### **Acesso à terra e direitos em áreas urbanas**

Os pobres urbanos normalmente são excluídos dos mercados de terra por aqueles com mais recursos para adquirir terras. Ao falar em um painel organizado pela ONU Habitat, Britta Uhlig identificou vários problemas que as mulheres pobres em áreas urbanas enfrentam para acessar e usar terras produtivas:

- Leis que são tendenciosas a favor da autoridade masculina em virtude da influência de crenças e práticas discriminatórias e da falta de representação das mulheres em instituições fundiárias.
- A escassez de terras decorrente do fato de terras urbanas serem classificadas para uso não-residencial;
- Taxas crescentes de desemprego e de migração rural para as cidades exacerbam os níveis altos de pobreza urbana e custo de vida, fazendo com que a habitação fique fora do alcance para a maioria dos pobres urbanos.

Organizações sem fins lucrativos como Trustes Fundiários das Mulheres e a Iniciativa das Mulheres de Favelas para o Desenvolvimento agem como intermediários financeiros para facilitar o acesso à terra e têm como alvo grupos de baixa renda. Seu mandato é fortalecer os habitantes urbanos pobres para que adquiram moradias melhores e mobilizem fundos, além de mediar a seu favor. Entretanto, Fati Al Hassan



da Fundação da Irmandade de Gana descreveu a falta de entendimento sobre o funcionamento do direito consuetudinário em áreas urbanas de Gana e como isso afeta as oportunidades de sustento das mulheres.

### **Perspectivas das mulheres nas bases**

Através do apoio da Comissão Huairou, entidades como a Organização de Desenvolvimento das Mulheres Massai (Quênia), a Associação Comunitária da Uganda de Bem-Estar Infantil e o Movimento de Acesso a Terras da África do Sul apresentaram questões básicas enfrentadas por mulheres das bases e as estratégias e medidas que consideram úteis para se fortalecer e para proteger o seu sustento. As mulheres das bases enfrentam vários obstáculos no tocante a propriedade e direitos das mulheres, inclusive normas culturais e crenças tradicionais discriminatórias, altas taxas de analfabetismo e ignorância da lei.

Está comprovado ser imperativo que as mulheres das bases encontrem formas inovadoras para protegerem-se e as suas famílias. Para tanto, realizaram sessões de sensibilização e sugestões e comentários da comunidade através de reuniões abertas e diálogos locais; divulgação de informações às partes interessadas, administradores locais e sociedade civil; criação de grupos de vigilância para resolver casos de deserdações de propriedade; e paralegais capacitados para representar mulheres que não tenham capacidade para acessar os mecanismos de justiça com eficácia. Essas iniciativas tiveram um certo grau de êxito em termos de fortalecer o engajamento das mulheres das bases em estruturas da administração fundiária em níveis locais; transformar estruturas do governo dentro das suas comunidades e fortalecer os mecanismos de controle; e complementar as iniciativas do governo no nível comunitário para fazer levantamentos de terras e para facilitar a propriedade das mulheres de terras familiares.

Ao longo do tempo, as organizações de bases aprenderam que é necessário haver uma colaboração de longo prazo com o governo local a fim de garantir seus direitos à terra. As mulheres das bases como um coletivo são potencialmente poderosas e há necessidade de um apoio constante para fortalecer as iniciativas comunitárias que incorporam conhecimento tradicional e nativo para que possam ganhar a vida de modo sustentável. Ademais, é importante capacitar as mulheres na agricultura através da promoção de hortas mantidas por mulheres para alimentar suas famílias, gerar renda e proteger terras alternativas para que possam manter o seu sustento.

### **Estratégias para fortalecer os direitos fundiários das mulheres**

As estratégias para reparar injustiças fundiárias exigem abordagens múltiplas e variadas que agilizem e consolidem as várias leis agrárias de um país. Além disso, os elos entre pesquisa, política, prática e pessoas são vitais e podem ajudar a definir indicadores de linha de base que explicam o resultado final esperado para os direitos fundiários das mulheres e os marcadores de êxito. A seguir, são apresentadas algumas estratégias oferecidas pelos participantes da conferência que podem ser usadas para adquirir e preservar os direitos das mulheres à terra.

**Estruturas fortes de governança e reforma jurídica**

*Influenciar as autoridades públicas no sentido de agilizar os órgãos de administração fundiária no nível local e nacional.*

A existência de um número demasiado de instituições torna o processo burocrático, caro e desnecessariamente longo, prejudicando as mulheres e os pobres, que têm menos recursos para continuar com processos de decisão judicial sobre terras.

*Sensibilizar homens e envolvê-los como defensores dos direitos fundiários das mulheres e de uma maior igualdade social.*

*Documentar práticas culturais variadas para ajudar a formular leis e políticas eficazes e para garantir a inclusão de todas as partes interessadas.*

*Fortalecer as estruturas ambientais de governança e garantir a igualdade de gêneros nessas estruturas.*

As mulheres dependem bastante da administração do vilarejo em que vivem, e que é dominada por homens, excluindo as mulheres. Portanto, é importante sensibilizar e educar as mulheres no sentido de se engajarem mais nessas instituições e agir no sentido de envolver mais mulheres nesses órgãos.

**Ferramentas fundiárias de gênero**

Em 2006, a ONU Habitat estabeleceu a rede Global Land Tool Network (<http://www.gltn.net>) em conjunto com participantes, universidades, corpos profissionais, organizações da sociedade civil e doadores internacionais importantes que trabalham em assuntos fundiários. As principais motivações para criar essa rede de ferramentas fundiárias foram a eliminação da discriminação e de outros obstáculos de acesso à terra e à segurança da propriedade, além de poder tratar do impacto diferenciado do acesso à terra por homens e mulheres, reconhecendo as mulheres como um grupo à parte. A GLTN descreve o desenvolvimento de ferramentas fundiárias como a criação de recursos para a implementação em grande escala de mudanças no tema da terra. No processo de avaliação disso, é importante destacar a utilidade dos recursos, para homens e mulheres, a fim de melhorar as ferramentas existentes e em desenvolvimento, e para identificar vácuos e aprender com ferramentas anteriores de avaliação de gênero e terra.

**Agência coletiva de mulheres**

Os participantes da conferência concordaram que o apoio é mínimo ou inexistente para as mulheres assumirem responsabilidade pelas suas reivindicações de direito à terra, e os esforços para tratar de problemas de propriedade e da terra são isolados e esparsos. Como um coletivo organizado, no entanto, as mulheres representam um força econômica e política significativa. A construção de alianças e parcerias e os movimentos femininos mais fortes constituiriam uma plataforma mais eficaz para defender e fazer pressão política para o acesso da mulher à terra. Também aumentaria a capacidade das mulheres ao

divulgar informações sobre os sistemas e práticas da administração fundiária que afetam o direito da mulher à terra.

### **Formação de capacidade**

Os processos legais consomem tempo e geralmente precisam de recursos significativos para engajar o sistema. Existe uma necessidade evidente de apoio e treinamento de “paralegais” para que eles compreendam melhor o assunto da terra e para que interpretem e representem com eficácia as necessidades das mulheres. As mulheres também precisam de treinamento e precisam sensibilizar-se para compreender a legislação e políticas fundiárias para que possam reconhecer quando seus direitos são desrespeitados e quais as possibilidades que têm para resolver a situação. Seria um progresso para a causa feminina se houvesse jornalistas bem treinados que compreendessem o problema da terra a partir do ponto de vista da mulher e que pudessem defendê-las na mídia. O intercâmbio de informações entre os países em desenvolvimento e dentro das regiões também é uma ferramenta poderosa para as mulheres dividirem suas experiências e estratégias para obtenção do direito de propriedade de terra.

### **Recursos**

Instituições de crédito tradicionais como os bancos exigem mais colaterais do que a maioria das mulheres tem em sua posse. A introdução de mecanismos inovadores e não-tradicionais que promovam processos menos caros e laboriosos de obtenção de crédito são estratégias que colocariam mais recursos nas mãos das mulheres e lhes permitiriam tornarem-se proprietárias de terras. Tais mecanismos incluem microcrédito, empréstimos renováveis e compras coletivas de terra.

### **Conclusões**

Uma área emergente para a defesa é a representação de mulheres em corpos administrativos e de adjudicação da terra, de acordo com argumentos a favor da subsidiariedade (por exemplo, transmissão da tomada de decisão para os níveis locais onde possível). No entanto, a presença de mulheres não leva necessariamente a mudanças na cultura ou ponto de vista; órgãos e participantes que estejam mais próximos das bases podem ainda ter interesses na proteção de práticas discriminatórias consuetudinárias e não-consuetudinárias. Os direitos da mulher à terra ainda se encontram posicionados em relação a parentes do sexo masculino como o marido ou o pai, e é preciso ver a mulher como uma cidadã independente para que se possa ter uma visão holística de seus direitos à terra.

Mais à frente, os participantes da conferência elaboraram um documento colaborativo de recomendações para políticas e práticas, para servir de recurso adicional aos movimentos da mulher, organizações da sociedade civil, órgãos de elaboração de políticas e governos locais.

O IDRC gostaria de agradecer a todos os participantes o seu envolvimento ativo neste simpósio. O IDRC gostaria ainda de reconhecer as contribuições específicas da ONU Habitat, Comissão Huairou, Fundação Ford, Ajuda Popular da Noruega e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional pela liderança em sessões específicas durante o simpósio e/ou pelo apoio financeiro para ajudar nas despesas de viagem dos participantes.

**Áreas para pesquisa mais profunda observadas no simpósio**

Como usar a terra como ferramenta de negociação para melhorar a condição social da mulher e para aumentar o poder de negociação dentro e fora de casa?

Como as estruturas tradicionais podem ser exploradas para aumentar os direitos da mulher à terra?

Qual é a relação entre os níveis de governança micro e macro e as estratégias para coordenar esses dois níveis?

Quais são os fatores complementares e as lacunas existentes entre as práticas consuetudinárias e a legislação para aumentar a segurança das mulheres?

Como se pode fortalecer os direitos à terra das mulheres através das práticas consuetudinárias e da legislação?

Qual o impacto de se aumentar o acesso e controle das mulheres sobre a terra e sobre o bem-estar da mulher?

Qual o impacto dos diferentes tipos de títulos de terra (conjunto, individual, coletivo) no acesso das mulheres à terra?

Novos fatos que complicam as coisas, mas que também exigem atenção renovada das mulheres e transformação da terra são: HIV/AIDS, crise alimentar e de combustível, desapropriações por parte de governos internacionais e transnacionais e projetos de infraestrutura de grande escala. A pesquisa futura deve examinar o elo entre esses tópicos e a administração da terra, identificando as experiências comuns a países e regiões.

Qual a relação entre a divisão de trabalho por gênero e o uso da terra e de outros recursos na segurança da posse fundiária da mulher?



## PARTICIPANTS

Last Name	First Name	Institution	Country
Diallo	Asseta		Burkina Faso
Hassan	Nusura	University of Burundi	Burundi
Ndam	Hon. Joseph Mbah	Vice-President, National Assembly	Cameroon
Haile	Tiruset	United Nations Economic Commission for Africa (UNECA)	Ethiopia
Tsikata	Dzodzi	University of Ghana	Ghana
Alhassan	Fati	Grassroots Sisterhood Foundation	Ghana
Lebert	Tom	Consultant to International Land Coalition (ILC)	Italy
Miggiano	Luca	International Land Coalition (ILC)	Italy
Pallas	Sabine	International Land Coalition	Italy
Kameri-Mbote	Patricia	University of Nairobi	Kenya
Kamau	Winnie	University of Nairobi	Kenya
Musembi	Celestine	University of Nairobi	Kenya
Kanyinga	Karuti	University of Nairobi	Kenya
Mitullah	Winnie	University of Nairobi	Kenya
Nungari Salim	Neema	Women and Law in East Africa	Kenya
Ebrahim	Twalib	Facilitator	Kenya
Mwaura	Esther	Grassroots Organizations Operating Together in Sisterhood (GROOTS) Kenya	Kenya
Dosio	Brenda	Grassroots Organizations Operating Together in Sisterhood (GROOTS) Kenya	Kenya
Maina	Susan	Young Widows' Advancement Program	Kenya
Angudah	Esther	Young Widows' Advancement program	Kenya
Oranga	Charles	Food and Agriculture Organization (FAO)	Kenya
Nyokabi	Jane	Grassroots Organizations Operating Together in Sisterhood (GROOTS) Kenya	Kenya
Shivutse	Violet	Grassroots Organizations Operating Together in Sisterhood (GROOTS) Kenya	Kenya

Farnworth	Cathy	Consultant to Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA)	Kenya
Gatundu	Catherine	ActionAid International	Kenya
Kaaria	Susan	Ford Foundation	Kenya
Pala	Achola		Kenya
Rugadya	Margaret	Ford Foundation	Kenya
Uhlig	Britta	UN-Habitat	Kenya
Kiwala	Lucia	UN-Habitat	Kenya
Mwangi	Josephine	Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA)	Kenya
Kagwanja	Joan	Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA)	Kenya
Ponga	Auxilia	United Nations Development Programme (UNDP)	Kenya
Lumumba	Odenda	Kenya Land Alliance	Kenya
Torkelsson	Asa	World Bank	Kenya
Munayi	Patricia	Canadian International Development Agency (CIDA)	Kenya
Maranga	Stella	United Nations Development Fund for Women (UNIFEM)	Kenya
Boer	Wiebe	Rockefeller Foundation	Kenya
Kagondur	Susan	Rockefeller Foundation	Kenya
Macakiage	Jacqueline	African Economic Research Consortium (AERC)	Kenya
Lyakurwa	William	African Economic Research Consortium (AERC)	Kenya
Awuor	Rachel	Farm Radio International	Kenya
Mutandi	Everngelista	United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat)	Kenya
Nduta	Virginia	Women's Empowerment Link	Kenya
Cheburet	John	Farm Radio International	Kenya
Owino	Charles	African Economic Research Consortium (AERC)	Kenya
Mwakubo	Sam	African Economic Research Consortium (AERC)	Kenya
Manda	Damiano	African Economic Research Consortium (AERC)	Kenya
Oyegon	Catherine Khisa	Kenya Women Land Access Trust	Kenya
Ramiaramanana	Daniele	Le Centre National de la Recherche Appliquée au Développement Rural (FOFIFA)	Madagascar
Ramaroson	Mino	Harmonisation des Actions pour la Réalisation d'un Développement Intégré (HARDI)	Madagascar

Banda	Maggie Kathewera	Women's Legal Resources Centre (WOLREC)	Malawi
Mauluka	Gift	Women's Legal Resources Centre (WOLREC)	Malawi
Samo	Graça	Forum Mulher	Mozambique
Andreade	Ximena	Forum Mulher	Mozambique
Casimiro	Isabel	Cruzeiro do Sul (Research Institute)	Mozambique
de Deus	Nzira	Forum Mulher	Mozambique
da Silva	Anne Cathrine	Norwegian People's Aid	Norway
Kantengwa	Odeth	Rwanda Women's Network	Rwanda
Mukantwali	Janvière	Unité d'Appui au Programme de coopération canadienne au Rwanda-Burundi	Rwanda
Sow Ndiaye	Fatou	Environment Development Action in the Third World (ENDA-TM)	Senegal
Diop	Fatou	Université Gaston Berger de Saint-Louis	Senegal
Bop	Codou	Groupe de Recherche sur les Femmes et les Lois au Senegal (GREFELS)	Senegal
Niang	Oumou Khairy		Senegal
Grant	Karima	Facilitator	Senegal
Fall	Bouso	Conseillere Genre, Minister de la Famille	Senegal
Ndiaye	Aminata Mbengue	Maire de Louga	Senegal
Budlender	Debbie	Community Agency for Social Enquiry (CASE)	South Africa
Mgweba	Sibongile	Community Agency for Social Enquiry (CASE)	South Africa
Motsepe	Ketleetso	Community Agency for Social Enquiry (CASE)	South Africa
Verma	Ritu	Out of the Box Research and Action	South Africa
Paradza	Gaynor	Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies (PLAAS)	South Africa
Manthata	Sarah	Department of Rural Development and Land Reform	South Africa
Napo	Vernet	Commission for Gender Equality	South Africa
Tjale	Emily	Land Access Movement of South Africa	South Africa
Andrews	Mercia	Trust for Community Outreach	South Africa
Setshedi	Virginia	Norwegian People's Aid	South Africa
Kassim	Sherbanu	Women's Research and Documentation Project (WRDP)	Tanzania
Ngaiza	Magdalene	University of Dar es Salaam	Tanzania
Porokwa	Scolastika	Maasawi Women Development Organization	Tanzania
Kiria	Paulina	Maasawi Women Development Organization	Tanzania
Yambi	Josephine	Women's Research and Documentation	Tanzania

		Project Association (WRDP)	
Njau	Adela	Women's Research and Documentation Project Association (WRDP)	Tanzania
Nanyaro	Priscilla	Women's Research and Documentation Project Association (WRDP)	Tanzania
Ajamagbo-Johnson	Kafui	Women in Law and Development in Africa (WILDAF)	Togo
Sebina-Zziwa	Abby	Makerere Institute of Social Research (MISR)	Uganda
Bogere	George	Makerere Institute of Social Research (MISR)	Uganda
Ahikire	Josephine	Centre for Basic Research (CBR)	Uganda
Nakirunda	Maureen	Centre for Basic Research (CBR)	Uganda
Ssewakiryanga	Richard	Centre for Basic Research (CBR)	Uganda
Akello	Jacqueline	Uganda Rural Development and Training Programme (URDT)	Uganda
Mpalanyi	Michael	Uganda Land Alliance	Uganda
Obaikol	Esther	Uganda Land Alliance	Uganda
Mwebe	John	Uganda Land Alliance	Uganda
Rutabajuka	Simon	Center for Basic Research	Uganda
Okot-Okello	Paul	Commissioner District Administration	Uganda
Harrison	Irumba Henry	Policy Analyst, Ministry of Lands	Uganda
Nangobi	Joyce	Slum Women's Initiative for Development	Uganda
Nakisozi	Mastullah	Uganda Community Based Association for Child Welfare	Uganda
Asiimwe	Jackie	Wellspring Advisors	Uganda
Pius	Sawa	Farm Radio International	Uganda
Olonisakin	Funmi	Kings College	United Kingdom
Peterson	Janice	Huairou Commission	USA
Reade	Erica	Huairou Commission	USA
Araujo	Katia	Huairou Commission	USA
Siyanga	Lumba	Women for Change	Zambia
Mugabe	Prisca	University of Zimbabwe	Zimbabwe
Mashavidza	Phides	Women Farmers Association	Zimbabwe
Manjengwa	Jeanette	Centre for Applied Social Sciences	Zimbabwe
Chingarande	Sunungurai	University of Zimbabwe	Zimbabwe
Gombera	Precious	Women's Trust	Zimbabwe
Alma	Eileen	IDRC	Canada



Thioune	Ramata	IDRC	Senegal
Baksh	Rawwida	IDRC	Canada
Smith	Rebecca	IDRC	Canada
Freeman	Connie	IDRC	Kenya
Haggart	Kelly	IDRC	Canada
Lynch Lucas	Dawn	IDRC	Canada
Bourgeault-Tassé	Isabelle	IDRC	Canada
Orser	John	Voice Pictures Inc.	Canada
Genereux	Nicole	IDRC	Canada
Sanginga	Pascal	IDRC	Kenya
Rurii	Mercy	IDRC	Kenya
Ngigi	Vivianne	IDRC	Kenya
Touré	Kathryn	IDRC	Senegal

04/10/2010